



PEDIDO DE EMISSÃO DE COMPROVATIVO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO URBANÍSTICA

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

Nome:		
Morada/sede:		
Freguesia:	Concelho:	Código Postal:
Identificação Fiscal:	Código da certidão de registo comercial:	
Telefone:	Cartão do cidadão/BI n.º:	
	e-mail:	
Na qualidade de	<input type="checkbox"/> Proprietário <input type="checkbox"/> Usufrutuário <input type="checkbox"/> Arrendatário <input type="checkbox"/> Outro _____	
<input type="checkbox"/> Autoriza o envio de notificações, no decorrer deste processo, para o endereço eletrónico indicado		

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

Nome:		
Morada:		
Freguesia:	Concelho:	Código Postal:
Identificação Fiscal:		
Telefone:	e-mail:	
Na qualidade de	<input type="checkbox"/> Procurador <input type="checkbox"/> Gerente <input type="checkbox"/> Outro _____	

PRETENSÃO

Vem solicitar a emissão de comprovativo de licença para realização da seguinte operação urbanística

- Operação de loteamento Obras de urbanização Obra de edificação
 Demolição Remodelação de terrenos Outras operações urbanísticas

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO ABRANGIDO

Rua ou lugar	Freguesia
Descrição da CRP	Inscrição na matriz
Fração:	

ANTECEDENTES

Processo da operação urbanística n.º/ano _____
--

Informações sobre tratamento de dados pessoais:

O responsável pelo tratamento de dados pessoais é o Município com os contactos aqui indicados, que designou Encarregado de Proteção de Dados contactável através do email dpo@cm-marvao.pt. A finalidade de tratamento dos dados pessoais corresponde à finalidade do procedimento administrativo, requerimentos, documentos ou comunicações apresentadas.

O fundamento é o tratamento necessário para cumprimento das obrigações legais do Município e o tratamento necessário para o exercício de funções de interesse público ou autoridade pública de que está investido o Município.

Podem ser destinatários dos dados outras entidades públicas caso e conforme tal esteja previsto na legislação. O prazo de conservação é o necessário à finalidade de tratamento acrescido do prazo previsto na legislação. O prazo de conservação é o necessário à finalidade de tratamento acrescido do prazo previsto na legislação incluindo de arquivo.

O titular dos dados pessoais tem os direitos, nos termos e condições definidos legalmente, de acesso aos dados pessoais, retificação, apagamento, limitação do tratamento e de se opor ao tratamento. Tem ainda o direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo Comissão Nacional de Proteção de Dados. Para mais informações poderá consultar as nossas políticas de privacidade no nosso website: [hp://www.cm-marvao.pt/](http://www.cm-marvao.pt/).

DATA E ASSINATURA

Pede deferimento,

Assinatura ⁽¹⁾ _____ data _____

⁽¹⁾ Assinatura digital nomeadamente através do Cartão de Cidadão, devendo ser utilizados mecanismos de autenticação segura, incluindo os do Cartão de Cidadão e Chave Móvel Digital, com possibilidade de recurso ao Sistema de Certificação de Atributos Profissionais (SCAP), bem como os meios de identificação eletrónica emitidos noutros Estados-membros reconhecidos para o efeito nos termos do artigo 6.º do Regulamento (UE) n.º 910/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho.